

ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edson Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao sr. secretário que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Aldo Schneider, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, é uma satisfação voltar a ocupar a tribuna desta Casa, mas infelizmente para relatarmos os efeitos das últimas cheias ocorridas na região do vale do Itajaí, mais especificamente no alto vale, atingindo muitas das cidades localizadas geograficamente naquela região.

Logicamente, na condição de representante do vale, aqui, nesta Casa, estou aproveitando para usar este tempo da tribuna da Assembleia Legislativa para fazer alguns encaminhamentos, tanto no âmbito do governo do estado quanto no âmbito do governo federal e de algumas repartições, no sentido de que se tome providências para que nós possamos agir com rapidez no atendimento das pessoas atingidas por essa catástrofe ocorrida, na última semana, naquela região do alto vale.

Então, sr. presidente e srs. deputados, nós estamos apresentando algumas indicações que solicitam ao sr. governador a criação de uma comissão regional de revitalização e reconstrução do alto vale do Itajaí.

O que seria essa comissão? É uma comissão instituída por deputados, prefeitos, secretários de desenvolvimento regional, a imprensa, as universidades, para que possamos, o mais rápido possível, fazer um trabalho de programação de reconstrução daquilo que foi afetado agora, neste momento, na região do alto vale. Solicita também ao sr. governador a abertura de linha de crédito emergencial com juros subsidiados de no máximo 1% ao ano, com recursos do BNDES e do Badesc, para se destinar ao capital de giro e investimento das empresas atingidas pelas enchentes, obviamente nas 70 cidades catarinenses.

Há mais uma indicação, de autoria deste deputado, relativa aos servidores públicos estaduais e municipais desses municípios e dirigida ao governador do estado, solicitando antecipação da segunda parcela do 13º salário dos servidores públicos estaduais, residentes nos municípios afetados pelas últimas cheias.

Há também uma indicação dirigida ao governador do estado, solicitando prorrogação do prazo de pagamento do IPVA vencido no mês de setembro até 31 de outubro, sem acréscimo de juros e multas, para a população residente nos municípios afetados pelas últimas cheias.

Temos outra indicação dirigida ao governador do estado solicita prorrogação por 60 dias e

parcelamento em seis vezes, sem juros e multas, do pagamento da conta de energia elétrica para as empresas do setor cerâmico atingidas pelas enchentes no último final de semana.

Temos mais uma indicação dirigida ao governador do estado, solicitando medidas no sentido de viabilizar o acesso das micro e pequenas empresas ao Programa Juro Zero, com valores de até R\$ 50.000,00, nos municípios catarinenses afetados pelas últimas cheias.

Há outra indicação dirigida ao governador do estado solicita a prorrogação por 90 dias e parcelamento em 12 vezes, sem juros e multas, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação para as empresas atingidas pelas enchentes.

Há outra indicação que solicita ao governador do estado medidas visando o saque do Pasep pelos servidores públicos estaduais residentes nesses municípios.

Temos outra indicação dirigida ao governador do estado que visa à conversão em pecúnia das licenças-prêmio adquiridas e não usufruídas de titularidade dos servidores públicos estaduais residentes nesses municípios.

Temos mais uma indicação dirigida ao ministro da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário e ao ministro da Fazenda, pedindo agilidade na avaliação e liberação de indenização do seguro agrícola para os produtores rurais dos municípios catarinenses afetados pelas cheias.

Temos outra indicação dirigida ao ministro da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário e ao ministro da Fazenda, solicitando a prorrogação das dívidas de custeio sem impedir acesso a novo crédito dos produtores rurais de Santa Catarina, residentes nos municípios atingidos.

Também solicito ao ministro da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário e ao ministro da Fazenda a abertura de linha de crédito emergencial visando à recuperação do setor

agrícola, nos municípios catarinenses atingidos pelas cheias do último fim de semana.

Sr. presidente, srs. telespectadores, como deputados estaduais que representam o anseio da sociedade catarinense, neste Parlamento, vamos fazer desta tribuna e desta Casa a voz daquele que não tem voz, a voz das pessoas que precisam, neste momento, do apoio tanto do governo do estado como do federal e principalmente das pessoas mais atingidas pelas últimas cheias.

Ontem, relatamos o quão foi importante o papel determinante, principalmente na organização da defesa civil nos municípios. E também a Defesa Civil do Estado teve um papel determinante no sentido de precaução, no sentido de mobilização das famílias, para que tirassem os seus pertences antes que a água chegasse a suas residências.

Nós queremos fazer um elogio a todos esses catarinenses, porque muitos são amadores, muitos são voluntários, muitas pessoas não têm nem ocupação pública. Mas são pessoas que praticam voluntariado e ajudaram aos seus vizinhos, ajudaram à sua comunidade.

Hoje, entendo que essa fase passou. Aquilo que tínhamos que fazer foi feito; agora, as águas estão baixando, e teremos daqui a algumas horas famílias retornando aos seus lares. Mas com retorno aos seus lares também começam a surgir os problemas do dia a dia. E com essas indicações, tanto ao governo federal, através dos vários ministérios, como ao governo do estado, através das várias secretarias, esperamos que o governo tome medidas no sentido de levar até essas pessoas o alento do governo do estado e o alento do governo federal.

São medidas, no nosso entendimento, totalmente possíveis de atendimento, pois não estamos solicitando nada de absurdo. É uma decisão política de se atender ou não. É tudo questão emergencial. São coisas para 30 dias, 60 dias, 90 dias. E com certeza, o governo do estado, bem como o governo da união, não faria diferença alguma em tomar algumas medidas, principalmente na prorrogação dessas dívidas que foram contraídas,

aliás, durante todo o período de produção da propriedade, das empresas e do comércio. E a prorrogação desses vencimentos, desses compromissos financeiros, por 30 dias ou 60 dias, sem a devida cobrança de juros e correção monetária, seria muito importante. Temos certeza de que essas indicações encontrarão eco tanto no governo do estado quanto no governo federal, para que possamos, através dessas ações, minimizar um pouco os efeitos de mais essa catástrofe ocorrida em Santa Catarina, mais precisamente na região do alto vale de Itajaí.

Por isso, na condição de deputados, juntamente com os deputados que compõem este Parlamento, queremos trazer à tona esse assunto, para que possamos debater sobre o atendimento que daremos aos nossos irmãos catarinenses atingidos pelas cheias. Mas logicamente que tudo que estamos falando, aqui, ele depende de decisão política. E essa decisão política, sem dúvida nenhuma, encontrará respaldo por parte do sr. governador, do sr. vice-governador e da presidente Dilma Rousseff, dos ministros afetados, principalmente o da Fazenda, da Agricultura, para atender aos nossos agricultores nessas solicitações.

Se obtivermos êxito nessas proposições, será uma forma de o Parlamento catarinense estar presente junto à casa dessas famílias, no sentido de buscarmos alguma alternativa para que se postergue essas obrigações, principalmente financeiras, de cada família catarinense.

Assim, agradeço pela oportunidade.

Este Parlamento está fazendo a sua parte. E logicamente nós, como deputados, que representamos essa região, também temos que trazer a esta tribuna aquilo que aflige a sociedade catarinense neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita honra a presença dos alunos da EEB Hilda Teodoro Vieira, do bairro Trindade, em Florianópolis, acompanhados da coordenadora do projeto Mais

Educação, sra. Maria Fernanda L. da Silva. A todos os adolescentes, crianças, juntamente com a coordenadora, as boas-vindas deste Parlamento. E que bom que vocês nesta idade têm essa oportunidade não apenas de visitar o Parlamento, mas buscar compreendê-lo.

Parabéns e sintam-se em Casa.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero saudar o prefeito de Sul Brasil, sr. Éder Ivan Marmitt, que está comemorando sua emancipação política. Também quero saudar o vereador Rubens Martins e em nome dele saudar toda a Câmara de Vereadores e toda a população de Sul Brasil. Aproveito para saudar o prefeito de Águas Frias, sr. Danilo Daga, acompanhado de vereadores, que visitaram o nosso gabinete. E ainda cumprimento o diretor presidente da Feesporte, sr. Erivaldo Nunes Caetano, que hoje se encontra em Brusque, na etapa estadual dos Jogos Estudantis, de 15 anos a 17 anos.

Encontram-se naquele município pelo menos uma escola de cada uma das 36 SDRs, que farão essa fase estadual; depois, serão tirados os representantes catarinenses, que em novembro irão para a fase nacional desse campeonato estudantil, em Belém. E desde já desejamos muita sorte, sucesso a todos aqueles que estão lá, sendo que os que lá se encontram já são os campeões da sua regional.

Sr. presidente, quero também cumprimentar os alunos que nos acompanham presencialmente nas galerias desta Casa, da EEB Hilda Teodoro Vieira.

Deputado Kennedy Nunes, deputado Antônio Aguiar, eu particularmente nasci duas vezes, não só pela data de nascimento, mas também como político.

Em 1994, creio eu, a deputada Ana Paula Lima, já era vereadora, e o deputado Antônio Aguiar já era deputado estadual, e eu me elegia pela primeira vez como deputado federal. Mas nessa

época, em 1994, o Brasil arrecadava R\$ 64 bilhões, e fomos acostumados a achar que R\$ 1 bilhão é muito, deputado Antônio Aguiar, e que esses R\$ 64 bilhões que o Brasil arrecadava eram muito mais, até porque em 1995, em 1996 o governo federal começou a duplicação da BR-101 norte, e no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi concluído o trecho Paraná até Palhoça, em Santa Catarina.

Nos anos de 1996 e 1997, o Brasil arrecadava de R\$ 103 bilhões a R\$ 112 bilhões, e isso parecia muito dinheiro. E vejam que quando se fala em obras públicas dá a impressão que reduzimos a velocidade e a forma como o governo vem executando as obras públicas, como asfalto, hospitais.

Se colocarmos o filme para trás, vamos perguntar: O que Santa Catarina tinha de construção de hospitais nos anos de 1995 e 1996? Não mudou nada! Houve a construção de algum hospital federal, de alguma universidade, a construção de alguma rodovia federal?

A BR-101 começou a ser construída, mas na época eram arrecadados R\$ 103 bilhões. Lá para o lado oeste do nosso estado, a SC-282, a SC-153, enfim, todas as rodovias não mudaram nada, continuam iguais.

Em 1997, arrecadamos R\$ 112 bilhões; em 1998, R\$ 133 bilhões; em 2000 foram arrecadados R\$ 176 bilhões, e fomos crescendo. Em 2002, R\$ 243 bilhões, em 2004, R\$ 322 bilhões, em 2006, R\$ 390 bilhões, e de 2006 para 2007 passamos de R\$ 390 bilhões para R\$ 602 bilhões. E para não ser repetitivo em números crescentes, no ano 2012 arrecadamos R\$ 1,29 trilhão. Sabem o que é ganhar um trilhão? É acumular mil montes de um bilhão. Sendo que em 1994, em 1995, só tínhamos 80 montes de R\$ 1 bilhão. Agora, temos mais de mil montes de um bilhão. E o que reverteu em serviços para a população, sejam estradas, segurança, saúde e educação?

Seguramente que não depende apenas da Presidência, mas se observa aqui um volume muito grande de arrecadação e que isso se dá pela eficiência do governo na cobrança, pois, afinal de

contas, cobrar imposto também é um grande ofício, assim como ser justo na cobrança também o é. Porém, todos esses impostos só têm a sua finalidade se de fato eles se reverterem em serviços e na velocidade da nossa vida.

As coisas vão acontecendo tão devagar que daqui a pouco alguém que está na fase adulta passa a ser idoso e não viu a conclusão... Por exemplo, deputada Ana Paula Lima, daqui a pouco passou o nosso tempo de parlamentar e não conseguimos dizer para o povo que começamos insistindo na duplicação da BR-470 e conseguimos entregá-la. Não sei se vamos conseguir! Faz oito anos, pelo menos, que parece que quando vou pegar a BR-470 penso: agora estão começando as obras! Nesses dias, ao passar por lá, realmente vi que de fato as máquinas começaram a trabalhar.

Mas temos que transformar essa arrecadação - e cumprimos a eficiência do governo na sua arrecadação - em qualidade de vida e não apenas... Hoje o governo federal tem dinheiro para tudo. Dá a impressão de que é o céu está lá, tendo em vista os bilhões e bilhões de recursos que vêm para Santa Catarina e para os outros estados. Afinal, esse R\$ 1 trilhão não fica lá. Ele vai para algum lugar. E certamente esperamos que um pouco venha para Santa Catarina. Só que precisamos, urgentemente, além de pedir ao governo que execute essas ações com maior velocidade, pedir que também promova uma reforma tributária para que esses recursos sejam capilarizados para todos os estados e para os municípios, de tal maneira que o maior coeficiente sejam as pessoas e que de fato essa arrecadação possa se voltar em qualidade de vida para todo mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Padre

Pedro Baldissera, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Antes de me reportar ao assunto, gostaria de dizer ao deputado Serafim Venzon, que é médico, que o estado de Santa Catarina está recebendo R\$ 8 bilhões.

Então, temos que agradecer ao governo federal pela interferência junto ao nosso estado. Temos certeza de que esse dinheiro será bem aplicado. É verdade que, se eu não me engano, é R\$ 1 bilhão a fundo perdido e os outros R\$ 7 bilhões são de empréstimo a juro zero. Mas concordo com v.exa. e quero relatar aqui a vinda de R\$ 8 bilhões para o estado de Santa Catarina.

Mas o motivo de eu estar na tribuna hoje é para comemorar a 22ª festa de emancipação política de Santa Terezinha e dizer que o município realiza a Festa Regional do Mel.

Gostaríamos de saudar o prefeito Nego Ferens, o vice-prefeito, os vereadores e a comunidade de Santa Terezinha por esse importante evento do seu município e dizer que estaremos também inaugurando o Centro de Convivência da 3ª Idade.

Esse Centro de Convivência da 3ª Idade será inaugurado no sábado, com verba intermediada pelo deputado Antônio Aguiar, para ajudar o município de Santa Terezinha.

Gostaria de saudar especialmente toda a comunidade de Santa Terezinha, pelo trabalho que vem sendo realizado pelo seu prefeito.

Nós que temos um importante relacionamento com Santa Terezinha, pelo trabalho que lá realizamos, junto com a secretária Josete, o prefeito, o vice-prefeito, temos a certeza de que Santa Terezinha comemora, sim, o seu 22º ano de existência com grande pompa e festa.

Portanto, os nossos parabéns a Santa Terezinha e parabéns neste momento também do governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, para o importante município de Santa Terezinha, ao qual as verbas são destinadas.

Mas gostaria de me reportar aos fatos climáticos que vêm acontecendo no estado de Santa Catarina, que não atinge somente Rio do Sul e

Blumenau, mas também o planalto norte, mais precisamente na ponte do rio Pintado, onde houve um desabamento do asfalto e precisa, sim, de reparos urgentes. E quero fazer aqui uma saudação especial à Defesa Civil do estado de Santa Catarina, por intermédio do secretário Milton Hobus.

Pela primeira vez houve o preparo da comunidade para receber uma enchente, para receber uma catástrofe. E com certeza ela foi minimizada pelas ações da Defesa Civil, juntamente com todos os prefeitos que foram solícitos e bem atendidos.

Temos certeza de que vamos fazer com que o planalto norte tenha uma distribuição de fraldas às pessoas carentes, aos idosos, às pessoas com problemas físicos, problemas que são inerentes à sua vontade. Isto, sim, é fazer saúde pública e atendimento público àquelas pessoas desconhecidas, esquecidas, carentes.

Então, esperamos que em 60 dias esteja em funcionamento a minifábrica de fraldas.

Quero registrar a importância de termos hoje, no planalto norte, um secretário que se dedica para a Defesa Civil como se dedicou o secretário Ricardo Pereira Martins que prontamente no dia de ontem já entregou à Defesa Civil um pré-relatório dos acontecimentos do asfalto da BR-280, que deixa em risco as pessoas que lá transitam, fazendo com que a interdição da BR-280 para caminhões, para trânsito pesado, esteja suspensa, tal a gravidade do acontecimento na ponte do Rio Pintado, na BR-280, na região de Porto União, mais precisamente também na região da Cachoeirinha, onde houve um deslizamento importante.

Esteve hoje em nosso gabinete o vice-prefeito Aloisio Salvatti, juntamente com o vereador Brasa e o vereador Cristian. Esses dois vereadores trouxeram as reivindicações com fotografias, com documentação completa, para que a Defesa Civil atenda o mais rapidamente possível ao município de Porto União.

Queremos também deixar aqui o nosso abraço ao município de Papanduva que recebe, através do Fundan, importante verba do governo do estado,

verba esta que hoje estaremos discutindo ainda com o prefeito Tuca, para o seu aproveitamento.

É 1.4 milhão para a pavimentação asfáltica no município de Papanduva, através do governador Raimundo Colombo e o vice Pinho Moreira. Os nossos governantes estarão também no planalto norte, no final de outubro, para lá entregarem as principais verbas a todos os municípios.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, catarinenses que aqui estão, sejam todos bem-vindos a esta tarde de trabalhos desta Casa Legislativa.

Sr. presidente, tenho alguns assuntos para tratar aqui, mas em primeiro lugar quero parabenizar a cidade de Catanduvas, o pastor Gilmar e o Enio, que realizaram nesta segunda-feira uma palestra para os empreendedores daquela cidade. Lá estiveram a prefeita Gina, a presidente da Câmara de Vereadores e os demais vereadores, e queremos parabenizar a iniciativa da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em realizar esse tipo de evento para os empreendedores da cidade.

Quero também agradecer de forma muito especial a forma como sempre fui bem recebido, como ontem, por exemplo, na cidade de Urubici. Lá estivemos com o Pastor Paulo, da cidade de Urubici, e todos que estiveram ali presentes.

Quero fazer um pedido à Ceinfra e ao DER, eis que aquela rodovia que liga a BR-153 à cidade de Água Doce, e depois Água Doce a Catanduvas, é um perigo, devido ao tamanho das crateras que temos naquela rodovia estadual.

É impressionante o tamanho dos buracos. E toda a produção leiteira, de erva-mate e agropecuária daquela região tem que sair, até porque a BR-116 estava fechada por conta da queda de uma barreira,

e todos estavam utilizando a BR-153. Para ir a Joaçaba, para ir à região do meio-oeste, passamos por aquela região. E era muita chuva e cratera. Passei por um carro que estava com dois pneus estourados.

Assim, peço ao secretário Cobalchini e ao presidente do DER, Paulo Meller, para darem uma atenção especial àquela rodovia, porque a situação está difícil.

Faço o registro também de que neste instante toda a Defesa Civil está preocupada com São Francisco do Sul, onde um incêndio num galpão que armazenava 40 toneladas de fertilizante está trazendo pânico para toda a cidade.

A rodovia que leva a São Francisco do Sul está interditada. E isso mostra mais uma vez que a saída de Barra do Sul, ligando Itapocu, um trecho de apenas 10km, precisa ser asfaltado, para que possamos tê-la como saída emergencial, estratégica, pois se algo acontece antes de Barra do Sul até o Linguado, simplesmente São Francisco do Sul, o porto e as praias ficam totalmente bloqueados. Por isso, trata-se de uma saída emergencial que precisa ser asfaltada. Espero que esse evento fortaleça esse pedido de asfaltamento que há tanto tempo fazemos neste mandato.

Quero também parabenizar o prefeito da capital Cesar Souza Júnior. Ele vai longe, porque tem colocado a mão em algumas feridas, que alguns não têm coragem de colocar. Somente os corajosos o fazem.

Hoje, li no jornal *A Notícia* que o prefeito, com o vice-prefeito João Amin e sua equipe de governo, conseguiu fazer o lançamento da licitação do serviço de transporte público aqui na Capital. Pela primeira vez vai ter a licitação na Capital. E daí o prefeito Cesar Souza Júnior coloca o preço máximo da passagem para abrir a concorrência abaixo do que está hoje, que é o correto.

Vemos o prefeito Cesar Souza Júnior, em nove meses, colocar a licitação do serviço de transporte público na Capital. Enquanto isso leio no mesmo jornal que o prefeito atual de Joinville - que tanto criticou o Carlito, dizendo que ele

tinha renovado a concessão, que tinha reconhecido uma dívida milionária, que iria fazer a licitação - prorroga o serviço de transporte público em Joinville, porque não deu conta de fazer a licitação. Mas que governinho triste. Não conseguiu fazer uma licitação que estava praticamente pronta.

Isso para mim não é surpresa, porque, pelo histórico dos governos do PMDB em Joinville, todos os governos prorrogaram o transporte coletivo em Joinville, sem licitação. O campeão foi o ex-prefeito, o ex-governador, hoje senador da República, Luiz Henrique da Silveira. Este era campeão em prorrogar sem licitação o serviço de transporte coletivo e também aumentar o preço da passagem; este era campeão em dar uma forcinha para as empresas de transporte coletivo de Joinville e aumentar a passagem. Quem é que não quer um prefeito desses, deputado Padre Pedro Baldissera, que prorroga a licitação, sem licitação, que prorroga os serviços?

Pois eu quero aqui dizer mais uma vez: Prefeito Udo Döhler, se o senhor não está conseguindo, se os seus comandados não estão conseguindo fazer o processo de licitação do transporte coletivo, vem aqui pedir uma aula para o Cesinha, porque não é feio pedir ajuda.

Agora, fazer a prorrogação, porque não deu tempo? "Não conseguimos terminar a licitação e vamos ter que prorrogar, porque está chegando o final do ano". É sempre assim! Está chegando o final do ano. No ano que vem não fazer, porque está chegando o ano eleitoral, aí tudo fica assim, não se mexe em nada. E assim vai o serviço de transporte público, em Joinville, sendo feito por seus padrinhos, sendo prorrogado, assim como quem dá uma forcinha.

Aí fico pensando: realmente, uma mão lava a outra. Por que será? Na época de eleição falam muito que vão fazer uma licitação, que vão baixar o preço da passagem, que vão colocar mais ônibus. Mas quando assumem, veem que não é bem assim, e vão passando os meses. E ficam eternamente reunidos sempre reunidos para resolver. E agora,

no final de setembro, dizem: "Vamos prorrogar, porque está no final do ano, e o Papai Noel está chegando".

Que vergonha!

Parabéns ao prefeito Cesar Souza Júnior!

Ele mostra competência, mostra agilidade, mostra determinação, compromisso com as pessoas, compromisso com quem utiliza o transporte coletivo, nesta cidade, colocando a licitação na rua, dando prazo para ainda, neste ano, para as empresas que estiverem interessadas apresentarem as suas propostas.

Parabéns, prefeito Cesar Souza Júnior!

Que vergonha, prefeito Udo Döhler!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL, Rádio Alesc Digital e aqui presentes, no sábado quero ir a Witmarsum, onde teremos o encontro dos idosos do município. E Santa Catarina, felizmente, tem alcançado os melhores índices de longevidade.

Também tivemos algumas visitas em nosso gabinete, como o vereador Clovis Bergamaschi que foi prefeito de Penha; o vereador Vanderlei Dias, de Itapema, ele é policial militar e está preocupado com a construção da nova delegacia de Polícia do referido município.

Deputado Antônio Aguiar, a delegacia lá é muito acanhada, no centro da cidade. Então, hoje, o objetivo é tirar a delegacia da rua 238 e passar para próximo ao Fórum, mas o estado tem que passar aquele terreno para o município, para os três lotes ficarem para o município.

Acompanhamos o governador Raimundo Colombo por um roteiro pelas secretarias regionais do oeste catarinense, onde o governador apresentou os

investimentos que o governo do estado tem feito por secretaria regional. E ao falar dessa questão do terreno de Itapema, da delegacia em cima de três terrenos, o governador citou o exemplo da questão da burocracia do nosso país, deputada Ana Paula Lima.

E vemos esses protestos que tivemos em nível de Brasil não contra um governante ou outro, ou partido, mas contra a forma administrativa do país, a burocracia, onde as dificuldades facilitam até a corrupção. Hoje, todas as obras acabam sendo judicializadas. E verificando que Lages precisava da obra definiram em construir mais um hospital, que é uma necessidade. Escolheram o terreno ao lado do atual hospital, um campo de futebol do Inter de Lages. O município iria passar, então, essa área para o estado, mas os credores do município ingressaram na Justiça para impedir que isso acontecesse, porque havia créditos para receber, ex-atletas e pessoas ligadas ao Inter de Lages.

A ideia do governador, segundo ele, seria no primeiro dia assinar a ordem de serviço, a licitação para a construção do hospital. Mas foi tanta burocracia, tantas ações na Justiça que para se assinar essa ordem de serviço passou-se quase três anos para a liberação do terreno. E por que aquele terreno? Porque fica ao lado do outro hospital. E isso vai ajudar economicamente e administrativamente o novo hospital.

Então, é isso que se vê nas obras pelo estado de Santa Catarina. Quem perde a licitação entra na Justiça, quem é credor quer impedir que se utilize o terreno e também vai para a Justiça, enfim, fica uma disputa sem fim. E o cidadão vendo que a obra não sai culpa o governo estadual.

O governador até citou, deputada Angela Albino, a questão da duplicação que deverá ir até o aeroporto, mas tem que se retirar a mata da marginal para ocorrer a construção, e a licença ambiental só autoriza retirar a mata do acesso até o estádio do Avaí, mas se fosse cortada com foice ou facão, porque se cortasse com motosserra poderia cair óleo e contaminar a mata.

Se fosse para ser discutida essa questão na Justiça iria demorar mais de ano. Então, o governador e os técnicos acharam que seria melhor cortar essa mata com facão do que discutir na Justiça. Agora, imaginem o empresário, um empreendedor de outro país, que vem do aeroporto Hercílio Luz e vê os trabalhadores cortando essa mata a facão.

Cortaram com foice e facão aquelas árvores, aquela mata. Mas precisava também fazer o aterro da área, e não poderiam usar a máquina, porque poderia pingar óleo e contaminar o mangue. Daí a solução dos ecologistas foi que se fizesse o aterro com carro de mão, porque se os técnicos fossem discutir com os ecologistas, iria levar mais um ou dois anos para ser decidido se podiam fazer com trator ou não.

Então, como se vai administrar um estado, um país ou um município com esses tipos de problemas? E digo que a tendência dos prefeitos que assumem é fazer uma péssima administração, primeiro, porque não têm recursos, tudo é um caos, temos em várias áreas muitas dificuldades. Quando o administrador quer fazer alguma obra, aparecem outras dificuldades, a burocracia, ações na Justiça, e na questão do meio ambiente não se pode fazer a obra por vários motivos também.

É claro que queremos proteger o meio ambiente, tanto o prefeito, o governador como também a presidente do nosso país, mas chegamos a uma situação de dificuldades que passa a ser até abuso os entraves que ocorrem. E quem passa pela obra que está sendo realizada com carrinho de mão, olha e diz: Que governo incompetente! Cortando a mata, as árvores, com foice e facão, porque não pode usar motosserra.

Então, daí a sociedade não entende mesmo quando uma obra demora dois, três, dez anos para sair e não consegue levar adiante essas licenças.

Nós estamos vendo que na duplicação da BR-101 a demora judicial é muito maior para conseguir liberar a autorização para se fazer os túneis do que o tempo que efetivamente se demora em realizar a obra.

Então, só para exemplificar, gostaria de dizer que o governador Raimundo Colombo esteve na Regional de Chapecó e que o estado está investindo R\$ 862 milhões naquela Regional e R\$ 171,2 milhões na Regional de São Miguel d'Oeste.

Vejo que estão presentes nesta Casa o vereador Gilberto Pedro Berté e as vereadoras Cristiane Regina Zanatta Massaro e Maria Tereza Zanella Capra.

Repito, em São Miguel d'Oeste serão investidos R\$ 171,2 milhões, sendo necessários R\$ 2 milhões por mês somente para manter o hospital regional. É muito mais caro manter um hospital do que construí-lo. O hospital custou R\$ 20 milhões.

Agora serão investidos R\$ 172 milhões e R\$ 101 milhões serão para a saúde. Vejam que a Alemanha investe 16% do PIB na saúde e o Brasil investe 4% do PIB na saúde. Isso é muito pouco!

Na Regional de Dionísio Cerqueira serão investidos R\$ 83,8 milhões; em Maravilha, R\$ 123 milhões; em Itapiranga, R\$ 60,8 milhões; em Palmitos, R\$ 69 milhões; em São Lourenço do Oeste, R\$ 103 milhões. Esses são investimentos para todas as áreas e o governador, deputada Ana Paula Lima, sempre fez questão de ressaltar o empenho da presidente Dilma Rousseff na liberação dos recursos, a parceria, o atendimento, a disponibilidade e o apoio ao estado de Santa Catarina.

O estado vai pagar alguns recursos, que foram empréstimos, outros recursos foram a fundo perdido, mas que tiveram, sim, a participação do governo federal.

Também quero aproveitar para registrar a presença do vereador João Abílio Pereira, de Araranguá, que esteve aqui nesta Casa. Inclusive, há poucos dias houve um debate aqui sobre o hospital. A questão da saúde é um problema em todos os municípios, e lá também existem todas essas dificuldades administrativas.

Deixo aqui a minha saudação a todos!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, líder do PT, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, quero dar um cumprimento muito especial ao vereador Vanio Cesar Vieira, do município de Itapema, que está presente acompanhando esta sessão ordinária.

Utilizamos o horário do partido, hoje, srs. deputados e sra. deputada, para falar novamente do que aconteceu no último final de semana, no estado de Santa Catarina, e não somente no vale do Itajaí e alto vale: as intempéries climáticas que ocorreram novamente. E quem sofre com essa situação não são somente as pessoas que moram naquela região, deputado Dado Cherem. Todo o estado sofre, quem pega e quem não pega enchente.

Eu sou da cidade de Blumenau, e quando começa a chover já ficamos preocupados, porque sempre sofremos esses problemas, desde 1911, quando os primeiros índios que moravam lá já não construíam às margens do rio, porque sabiam que aquelas terras eram alagadiças. Então, montaram as suas ocas, as suas tendas, um pouco mais acima, porque já sabiam das cheias. A mesma coisa é no município do Rio do Sul.

Quando há a preocupação com as questões ambientais temos que ter esse cuidado. Quando os ecologistas, os ambientalistas falam sobre essas questões, é para não sofrermos o que estamos sofrendo agora. Portanto, tem que ter esse zelo.

Por isso, às vezes, realmente os projetos demoram um pouquinho mais. Mais não é só por isso, não é somente a burocracia, às vezes, a vontade política também é um fator determinante na execução dessas obras.

Srs. deputados, milhares de catarinenses tiveram a sua rotina alterada neste último final de semana, com as inundações, enxurradas, deslizamentos, alagamentos, com as encostas que

caíram, com o vendaval e o granizo. Até em São Paulo parece que deu um tornado, coisa que não acontecia no nosso país e que agora está acontecendo com muita frequência.

No nosso estado 72 municípios foram afetados pelas ocorrências climáticas, principalmente no vale do Itajaí, devido a uma forte chuva em todo o estado.

Sempre falo, e falei lá em Blumenau, que se a meteorologia tivesse acertado, se tivesse chovido o que estava previsto, em Blumenau, também estaríamos sofrendo com uma grande enchente nesse final de semana. Mas o alto vale do Itajaí ainda está em estado de alerta, principalmente os municípios de Rio do Sul, Agronômica, Taió, Presidente Getúlio, Atalanta, aqueles municípios circunvizinhos da cidade de Rio do Sul.

As barragens de Taió e Ituporanga, que integram o sistema de contenções de cheias do vale do Itajaí, transbordaram e ainda estão com os níveis preocupantes. Mas o nível do rio Itajaí-Açu vem baixando gradualmente, desde a trégua da chuva de segunda-feira, trazendo um alívio na expressão de todas as pessoas.

A Defesa Civil de Santa Catarina contabilizou em 22.000 o número de pessoas afetadas pelas cheias, 3.500 pessoas desalojadas, 14.300 desabrigados e 6.000 residências atingidas. Diferente do que ocorreu no ano de 2008, quando a forte chuva pegou todos de surpresa e completamente despreparados para o que viria a ser a maior catástrofe climática em Santa Catarina.

Desta vez o sistema de alerta e as medidas de prevenção foram acionadas com antecedência, permitindo que os moradores das áreas de risco conseguissem retirar os bens de suas moradias e sair antes da inundação. O comércio, a indústria e os prestadores de serviço também se mobilizaram em tempo. Desde sexta-feira retiraram os seus bens e mercadorias, evitando assim prejuízos maiores.

O sistema de monitoramento, srs. deputados e sras. deputadas, criado pela Defesa Civil nacional, com a criação de institutos especializados para fazer o monitoramento de

fenômenos climáticos, como o de Rio do Sul, foi fundamental neste final de semana.

Mas aqui registro novamente que se chovesse o que estava previsto, na cidade de Blumenau, tinha uma grande enchente. A Defesa Civil também orienta que deve ser observado qualquer movimento de terra, ou de rochas, próximas às residências, a inclinação de postes e árvores, rachaduras em muros e paredes. Nesse caso sempre é recomendável que a família saia de casa, acione a Defesa Civil municipal ou o Corpo de Bombeiros do município, para que possam auxiliar nessas questões.

Na última segunda-feira, a nossa ministra Ideli Salvatti, o ministro Fernando Bezerra, da Integração, a pedido e sob a ordem da nossa presidente Dilma Rousseff, vieram ao estado de Santa Catarina, sobrevoaram a nossa região, estiveram em reunião com lideranças políticas, com o governador do estado, e asseguraram mais uma vez que o governo federal vai atender, sim, aos pleitos do governo do estado assim que a medida for solicitada.

A ajuda federal pode ser a liberação de recurso ao atendimento emergencial para a reconstrução e também a construção de pontes e melhorias em estradas vicinais, uma determinação da nossa presidente.

O ministro da Integração, Fernando Bezerra, assegurou que há 16 bilhões para o Programa de Aceleração e Crescimento em Prevenção no nosso país, e no nosso estado são 250 milhões só no orçamento do ministério da Integração. Esses recursos são para a construção das barragens e dos canais extravasores. Então, esse dinheiro já está à disposição do governo do estado de Santa Catarina.

Além de equipar o estado e municípios com a compra de radares, nos próximos dias o governo federal deve liberar 60 milhões para iniciar as desapropriações onde serão construídas as barragens de Ituporanga e de Taió.

Agora é hora de mais uma vez unir esforços, trabalhar na reconstrução, como muito bem nós catarinenses sabemos fazer. Também é preciso com

urgência que o governo do estado acelere a elaboração dos projetos.

Essa Casa, inclusive, mais uma vez apoiou o empréstimo de dois bilhões no Banco do Brasil, e queremos que esses projetos estejam prontos o mais rápido possível, para que esses recursos sejam investidos. Não adianta a liberação de recursos, se os projetos ainda não estão prontos. E que possam ser licitadas e iniciadas essas obras para a contenção de cheias no vale do Itajaí.

Os recursos já existem, srs. parlamentares, estão pactuados com o governo federal, e cabe ao estado fazer então o seu dever de casa.

Ressalto ainda que num estudo elaborado pela assessoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, e esse estudo foi publicado num jornal de veiculação estadual, *Notícias do Dia*, foi apontado o descaso do governo do estado relativo ao orçamento da Defesa Civil.

Entre os anos de 2009 e 2013 as verbas para prevenção de enchente e obras contra desastres naturais foram reduzidas em mais de 360 milhões. Imagino que o governador pensou que a catástrofe só ia acontecer em 2008. Tinha um orçamento de 360 milhões e foi reduzido esse orçamento.

Em 2009 o orçamento do Fundo Estadual da Defesa Civil era de 300 milhões, em 2013 esse recurso do fundo é na ordem de quatro milhões, mas apenas 680 mil foram executados.

Então, não é uma questão de burocracia, é uma questão de executar as obras de prevenção, porque a nossa população sofre. E o secretário da Defesa Civil estadual é lá de Rio do Sul, portanto, sabe quanto a nossa população sofre com a situação das enchentes, das intempéries climáticas.

No ano passado, eram sete milhões, mas nenhum centavo foi gasto do governo estadual do Fundo da Defesa Civil.

A situação realmente é gravíssima, a população sofre com as cheias, o governo do estado não aplica os recursos próprios. Eu estou falando do orçamento do estado de Santa Catarina, porque do orçamento nacional parece aqui que só tem dinheiro do governo federal. Mas no orçamento do Fundo

Estadual de Defesa Civil, que eram 300 milhões em 2009, está agora em quatro milhões, só foram gastos 680 mil.

Será que não tem obra para fazer? Será que não tem prevenção para fazer? Somente quando acontecem essas tragédias em que o povo sofre, perde os bens, as suas casas, fica em abrigos, é desalojado, é que o governo do estado se mexe e mobiliza-se para fazer essas obras.

Então, nenhum centavo foi aplicado em 2012 do Fundo Estadual da Defesa Civil. E este ano também, deputado Padre Pedro Baldissera, aconteceu novamente a tragédia. Foi pequena na região do médio vale do Itajaí, mas muito grande em Rio do Sul. E não podemos esperar a boa vontade de São Pedro, se chove ou se dá sol.

Queremos que essa prevenção aconteça para que as pessoas não sofram, porque são elas que sofrem, as casas são atingidas, as indústrias são atingidas. Por isso o governo do estado também precisa fazer a sua tarefa de casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente gostaria de fazer uma pequena contribuição à fala da deputada Ana Paula Lima, porque a Assembleia Legislativa precisa chamar para si também a responsabilidade dessas cheias que têm acontecido.

Hoje, uma matéria da jornalista Roberta Kremer, no *Notícias do Dia on line*, menciona as autorizações que a Assembleia Legislativa fez para que o empréstimo do governador para o combate às enchentes tivesse outra destinação. O nosso mandato está levantando esses dados para identificarmos em que momento isso aconteceu nesta Casa. Certamente não foi esse o debate que perpassou pela Casa.

Quero cumprimentar o Luciano Formighieri, importante liderança do PPS em Santa Catarina e também do movimento em particular dos alunos da educação a distância.

Assomo a esta tribuna para receber nesta Casa pais de alunos do Instituto Estadual de Educação, uma escola que tanto nos orgulha, os quais vão tratar sobre um tema ligado ao esporte, particularmente à ginástica rítmica, que tem sido desenvolvida naquela unidade de ensino.

Gostaria de aproveitar o tema, porque logo mais eles falarão desta tribuna, para mencionar neste momento que o próprio secretário anuncia a troca na secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina para novamente fazer um apelo ao governador. Um dos nomes que tem sido ventilado é Valdir Walendowsky, um grande gestor e conhecedor da área de turismo, muito respeitado. E torço para que seja a escolha do governo do estado.

Em Santa Catarina somos órfãos da discussão de construção de políticas públicas sobre esporte e cultura. Neste estado temos fundos milionários sob a tutela daquela secretaria para esporte e cultura. E há um processo histórico no estado, não é exclusividade do atual governo, de não se construir política pública na área do esporte e da cultura. Os dois setores sempre foram relegados a segundo plano, sempre tratados como questões menores.

O Brasil vai viver um momento extraordinário com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que não diz respeito apenas aos eventos em si, mas à herança geracional que podemos deixar na área do esporte. O esporte é uma ferramenta extraordinária de promoção de cidadania. Para reconhecermos isso basta ouvirmos as histórias de superação dos atletas, de crianças que estariam em outro lugar na vida, se não fosse pelo esporte, do esporte como uma política pública, do esporte como ferramenta de inclusão.

Precisamos de fato trabalhar uma política pública para o esporte, assim como para a cultura. E aí não é problema de deficiência de orçamento, mas de construção de políticas públicas. Temos

visto barbaridades. E aí incluo o Tribunal de Contas deste estado em torno do Fundo para o Esporte e para a Cultura em Santa Catarina. Em nenhuma das duas áreas conseguimos desenvolver políticas sérias, porque vai dinheiro até para campeonato de carrinho de automobilismo. Mas não temos estrutura para um professor que quer dar aula num dos morros da nossa cidade. Não há um calendário do esporte. Não temos estímulos para que os atletas dessa grande tarefa, os quais têm de inspirar outros jovens a também praticar esporte.

Por isso, torço para que o governo do estado, neste momento que dá sinais que trará para a secretaria de Turismo um grande homem como é o Valdir, também pense pelo menos numa diretoria, em nomes que possam dar conta do esporte e da cultura.

Eu, particularmente, defendo que tenhamos secretarias específicas para isso, porque são temas que se comunicam, porém não se confundem. Precisamos que o Estado de Santa Catarina tenha de vez uma política pública, tanto para a área de cultura quanto para a área de esporte, que inclusive possa dinamizar no turismo estratégico o desenvolvimento econômico, mas que tenha sua própria tarefa e sua própria inserção na sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Consulto os srs. líderes se podemos suspender a sessão ou se há alguma objeção, pois temos 20 minutos para a Ordem do Dia, porque há dois requerimentos pedindo a palavra para duas manifestações. Assim, anteciparíamos e aproveitaríamos esses 20 minutos antes da Ordem do Dia.

(As lideranças aquiescem.)

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu queria registrar a presença de dois vereadores da cidade de Lageado Grande, vereadora Fátima Romanini, do PDT, e o vereador Juraci Xavier, do PP.

Desejo-lhes sorte nos pleitos que trazem a esta capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também deseja boas-vindas aos vereadores.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKULARK - Quero também registrar a presença da vereadora Cristiane Regina Zanatta Massaro, do município de São Miguel d'Oeste, dos vereadores Gilberto Pedro Berté, José Jair Giovenardi e outros que estão em visita à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também agradece a presença das lideranças destacadas pelo eminente deputado.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0110/2013, 0221/2013, 0304/2013, 0342/2013, 0354/2013, 0365/2013, 0408/2013, 0439/2013, 0501/2013, 0540/2013, 0579/2013, todos de entidade social, encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0263/2013, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palmitos (Escola Estadual Básica Princesa Isabel).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2013, de autoria do governador do estado, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Chapecó (Conselho Comunitário dos Bairros SAIC, Jardim e Itália).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0227/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a instituição Criciúma e Região Convention & Visitors Bureau - Emtursul Convention & Visitors Bureau, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a

Associação Camboriuense de Judô (ACAJ), do município de Balneário Camboriú.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0274/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba (RFCC), com sede no município de Garopaba.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0321/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Desportiva, do município de São José.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0350/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Casa da Vó Joaquina, com sede no município de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos ainda na pauta para o dia de hoje a PEC 002/2013, mas com a falta de quórum qualificado retiramos essa matéria de pauta, incluindo na pauta da próxima terça-feira, com a concordância dos srs. líderes.

(Os srs. líderes aquiescem.)

A Sra. deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria falar que v.exa. há de observar que tem recurso da CPI para apreciação desta Casa. Então, que v.exa. como presidente possa convocar um dia específico para garantirmos quórum para as duas matérias, da mesma forma a emenda constitucional, se assim v.exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Está perfeito, deputada Angela Albino, nós também não temos quórum qualificado para votar o requerimento de v.exa. na tarde de hoje. E não vou assumir agora se vai ser na terça-feira ou na quarta-feira, porque vou conversar com os líderes, mas o farei no dia de amanhã e comunicarei v.exa. e ao Plenário o mais breve possível a data.

Portanto, fica retirado também o requerimento da Ordem do Dia do dia de hoje.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0616/2013, 0617/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0618/2013, 0619/2013, 0620/2013, 0621/2013, 0622/2013, 0623/2013, 0624/2013, 0625/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0626/2013, 0627/2013, 0628/2013, 0629/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0630/2013, de autoria do deputado Ciro Roza.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s: 1.043/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 1.044/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.045/2013, 1.048/2013, 1.049/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.046/2013, 1.047/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0093/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca dos servidores públicos do estado à disposição de outros órgãos ou de prefeituras, e dos servidores federais ou municipais à disposição do governo do estado, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença do vereador do município de Navegantes, o sr. Murilo Cordeiro, que está acompanhado de lideranças do bairro Escalvados, da sra. Janielle Bettega e do sr. Elcio Menegassio. Eles vão-nos acompanhar numa audiência daqui a pouco no Deinfra, juntamente com o vereador de Luís Alves, Marcos Pedro Veber.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência, antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, quer, deputada Angela Albino - e v.exa. tem raízes e familiares em Tubarão - reforçar o convite a v.exas. para que possam se organizar para participar amanhã à noite da sessão solene no município de Tubarão em homenagem ao centenário de nascimento do grande artista tubaronense e catarinense Willy Alfredo Zumblick.

Portanto, amanhã, às 19h30, haverá uma sessão desta Casa que conta com a parceria da prefeitura municipal de Tubarão, da Câmara de Vereadores, da Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina - e de diversas outras entidades.

Fazemos questão de reforçar esse convite para que possamos ter o maior número de parlamentares. Afinal de contas, é uma data ímpar. Amanhã o nosso artista completaria 100 anos - ele nos deixou há apenas seis anos - e pretendemos marcar em grande estilo a passagem do seu primeiro centenário.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero cumprimentar v.exa. por estar

dignificando ainda mais o Parlamento homenageando esse grande artista catarinense.

Se me permite um registro muito pessoal, quero dizer que, embora nascida em Florianópolis, a minha família tinha vindo apenas um ano antes de Tubarão. Por isso, sempre íamos para aquela cidade. Eu sou do Oficinas, e as obras de Willy Zumblick povoaram a minha infância na Igreja Matriz. É lindíssima a obra.

Então, como parlamentar e tubaronense, e eu também me sinto assim, é uma honra ver este Parlamento homenageando este grande catarinense, grande artista plástico e grande tubaronense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino. Contamos com a presença de v.exa. amanhã também para rever os seus amigos, familiares e poder prestar essa homenagem ao nosso mestre Willy Zumblick.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, se me permite ainda, e v.exa. fez o convite para a sessão solene, amanhã, no município de Tubarão, eu não poderia deixar de convidá-lo para participar, no município de Nova Veneza, no estado de Santa Catarina, de uma audiência pública para tratar de um assunto muito grave, um assunto gravíssimo, que é a questão da avicultura, dos produtores de frango do sul do estado. Eles estão passando por uma série de dificuldades e vieram solicitar uma audiência pública, para serem ouvidos pelo Parlamento catarinense e pelas autoridades constituídas.

Então, vai ser uma bonita audiência pública. E espero que os parlamentares da região sul e todo o Parlamento catarinense possam, antes de irem para Tubarão, participar, em Nova Veneza, dessa audiência Pública para tratar sobre o tema da avicultura.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu reforço o convite de v.exa. e entendo que com isso v.exa. está confirmando presença, amanhã, à noite, em Tubarão.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E o sr. na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou tentar chegar mais cedo lá.

Agora, sim, com a palavra o deputado Valmir Comin e na sequência o deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, realmente, a viagem a Criciúma, na tarde de ontem, foi muito tenebrosa. Eu, sinceramente, já viajei, já fiz alguns trajetos de voos nacionais e internacionais, mas um voo regional igual a esse de ontem, tanto na ida quanto na volta, parecia que estávamos dentro de um besouro, porque a turbulência foi tamanha que, se eu tivesse problema de coração, teria infartado! Eu e o deputado Zé Nei Ascari, na parte de trás, só faltamos dar as mãos e começar a rezar. O deputado Joares estava mais tranquilo, já que é veterano de guerra.

Sr. presidente, tive o privilégio de ontem, nessa ida a Criciúma, juntamente com v.exa. e os demais deputados, presenciar o ato da entrega de licitação para a execução da obra da SC-442, que liga o município de Cocal do Sul à Estação Cocal, município vizinho de Morro da Fumaça. É uma extensão de aproximadamente 10km a 11km, e haverá a necessidade de recursos na monta de R\$ 23 milhões, compreendendo a obra em si e as desapropriações na sua totalidade.

É uma parceria com o Grupo Eliane que produziu um faturamento no valor de R\$ 1 bilhão no ano próximo passado, que aos cofres do estado rendeu mais de R\$ 130 milhões de impostos.

É uma região de alto fluxo de trânsito pesado, escoamento de produção, com uma dificuldade logística muito grande e que dificulta, agrava ainda mais a condição do custo para poder competir

nesse mercado perverso e globalizado que estamos vivendo nos tempos de hoje.

Essa obra é uma obra que vem sendo já reivindicada ao longo de muitos anos. E remeto-me a à condição de como deputado, em 2006, quando apresentei nesta Casa uma indicação para a estadualização daquela rodovia, que na época foi assinada pelo então governador em exercício Eduardo Moreira. E depois, o nome da rodovia como João José de Roque, avô do vereador Tacuia, do município do Morro da Fumaça, foi assinado na época pelo então governador Luiz Henrique da Silveira.

Essa obra tem também o DNA de todos os 40 deputados que fazem parte desse Parlamento. E espero que inicie o mais breve possível.

Nos próximos dias teremos também a ordem de serviço da 285, que liga Timbé do Sul a São José dos Ausentes, onde o próprio DNIT já licitou a empresa vencedora.

A ministra Ideli Salvatti estará presente, já havia marcado a sua vinda, mas em consequência dos níveis de chuva no estado de Santa Catarina postergaram essa vinda e provavelmente ainda no decorrer do mês de outubro deveremos ver iniciada essa obra. E há a questão logística de infraestrutura que está sendo desencadeada, iniciada e trabalhada no sul de Santa Catarina a respeito da questão da serra do Corvo Branco, que liga Grão Pará a Urubici.

Temos também a questão da 285, de Praia Grande a Cambará do Sul. Com a execução estão o anel de contorno viário de Criciúma, a via rápida, a modernização do porto. O acesso de Treviso a Lauro Müller também está em fase conclusiva, e agora a 442.

Nos próximos dias estaremos também na Heimatfest, em Forquilha, espero que com a presença do sr. governador, para anunciar também a Jacob Westrup que vai interligar o eixo de Nova Veneza, Criciúma, Forquilha, Maracajá. Quanto ao entroncamento da BR-101, essa rodovia foi a primeira estadualizada em Santa Catarina e era o

lastro e o berço da BR-101, quando ainda não era pavimentada.

Todas essas ações estão sendo empreendidas por um governo que vem aplicando gestão na sua administração, com esses investimentos, esses financiamentos que vêm a Santa Catarina, na monta de R\$ 10 bilhões. Então, é preciso que se ressalte aqui, em alto e bom som, que não é dinheiro a fundo perdido, são recursos financiados por vários agentes, evidentemente com a aquiescência e a chancela do governo federal, nessa parceria do governador Raimundo Colombo com a presidente Dilma, mas o estado de Santa Catarina, a médio e longo prazo, vai ter que devolver os recursos na sua totalidade.

Espero que possamos potencializar as ações desses investimentos na monta de 10 bilhões e que possamos transformá-los talvez em 30, 50 ou 100 bilhões de reais, na transformação, no incentivo, na segurança jurídica, na questão da mobilidade, da acessibilidade, para que os investidores possam cada vez mais acreditar.

É um estado tão pujante, um estado que representa tão somente 1,1% do território nacional, mas que detém mais de 5,6% das exportações deste país e mais de 4,5% do Produto Interno Bruto.

Por isso, vejo com muita expectativa todos esses investimentos. Falo de maneira especial do sul, mas todo esse trabalho está sendo feito pelos quatro cantos desse grande e glorioso estado de Santa Catarina. E há cada vez mais a expectativa firme de melhores dias, de melhores tempos, de uma sociedade que luta e prospera a cada dia mais.

Por essa razão não poderia deixar de assomar à tribuna nesta tarde para me manifestar e dizer da minha satisfação, mesmo estando num partido que não tem cargos no governo, mas que apoia as ações do governo Raimundo Colombo, de com firmeza estar atento e vigilante cobrando as ações que venham ao encontro daquilo que é o desejo da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar também a presença do vereador Isac, do município de Penha. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, público que acompanha a sessão. Estamos tendo uma semana de grandes debates. Começamos a segunda-feira com duas audiências no oeste, sobre o ICMS Ecológico e o Código Ambiental. Hoje, pela manhã, houve mais uma audiência pública, muito boa, aliás, com grandes contribuições para a legislação ambiental no estado, com temas que ainda não tinham sido debatidos nesta Casa.

Essas são algumas questões extremamente importantes na perspectiva de beneficiar o meio ambiente, a produção de alimentos no estado, com o olhar para a qualidade da água para a população catarinense.

Além desse debate realizado hoje, estamos preparando para sexta-feira à noite, em São Bento do Sul, mais uma audiência pública com a região sobre o ICMS ecológico.

Quero destacar que precisamos melhorar muito a discussão sobre o debate da sustentabilidade. Muito se fala da perspectiva da sustentabilidade ambiental neste estado, mas na prática quando se precisa de recursos financeiros, quando é preciso discutir de fato quanto será investido na questão ambiental, na sustentabilidade, o debate político para.

Estive acompanhando o Fehidro, um fundo para investimentos e pesquisas nas questões ambientais. E quando olho para o projeto de lei que aprovamos nesta Casa, que destina 1% do faturamento das PCHs para a recuperação da bacia hidrográfica, o estado sequer implanta ou regulamenta essas políticas. O

Fehidro, por exemplo, não tem nem conta do Fundo do Fehidro no estado, pela informação que obtivemos.

O governo brinca, o governo ignora este Parlamento, as leis que são aprovadas aqui, como, por exemplo, a aprovação de recursos destinados para o orçamento. Foram dois anos para se começar o programa de pagamento de serviços ambientais no nosso estado. É lamentável isso.

Então, o discurso é bonito, a secretaria SDS, secretaria de estado do Desenvolvimento Sustentável fala muito em preservação. A própria Fatma fala muito disso, mas na prática quando precisa destinar recurso, o pessoal não quer saber. E sem investimento, faz-se muito pouco. Somente pelo debate, pela consciência, não se aplica nada.

Há uma expectativa nessa política importante, que, infelizmente, Santa Catarina sai atrás, novamente, longe dos outros estados, no ICMS Ecológico, pois são 15 estados que já implantaram. No Paraná, nosso vizinho, há 20 anos já foi implantado o ICMS Ecológico, uma bela política em que os municípios recebem recursos. Temos municípios na divisa com o estado que recebem R\$ 1 milhão por ano de incentivo para investir em ações ambientais, mas este nosso estado, infelizmente, não quer enfrentar essa discussão.

Nessa audiência pública que fizemos houve um bom debate, na cidade de Chapecó, em São Bento do Sul, em Criciúma, em Rio do Sul. E esperamos que de uma vez por todas este estado não olhe somente para o imediatismo na questão ambiental, mas especialmente para o futuro, na questão econômica. Porque ter um ambiente preservado, ter água para continuar produzido, é uma questão econômica também e não somente ambiental.

Por isso, não desistimos dessa luta, vamos continuar essa caminhada, cobrando, discutindo, provocando o debate, para que possamos avançar na questão de premiar, valorizar os nossos agricultores. Temos centenas de agricultores no estado de Santa Catarina que possuem mais da metade da propriedade preservada, intacta ainda.

Famílias que lá atrás já tiveram a consciência ambiental de não destruir toda a mata. E hoje não conseguimos construir uma política que incentive esses agricultores, que muitas vezes comprometem inclusive a renda da propriedade. E não implantar o pagamento, a remuneração para esse serviço ambiental, no estado, é com certeza dar as costas para esses agricultores e agricultoras que cuidaram durante a história, que preservaram, que estão ajudando a preservar o meio ambiente.

Novamente, digo que o debate desta manhã foi muito bom para conseguirmos avançar na perspectiva de construir uma legislação que possa garantir a produção, mas também garantir o cuidado nas questões ambientais.

Por último, quero comunicar que fizemos, há duas semanas, um debate sobre a problemática da barragem de Garibaldi, dos municípios de Cerro Negro, Abdon Batista, Vargem e outros municípios da região que foram atingidos por aquela hidrelétrica.

Encaminhamos naquela audiência pública uma visita *in loco* para ver a situação dos agricultores daquela regional, que está programada para amanhã cedo. Iniciaremos no município de Cerro Negro e caminharemos com a população e lideranças de lá. Também convidamos o Ministério Público Federal e o Estadual, os srs. deputados que puderem acompanhar e a Fatma, a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, enfim, as entidades do estado, para irmos até lá e conhecermos de perto o acampamento do município de Abdon Batista e contribuirmos com os encaminhamentos que serão dados naquele momento da visita.

Assim, quero aqui reafirmar o grande compromisso de defendermos o povo catarinense, trazermos os grandes debates para esta Casa, como fizemos aqui sobre os temas ambientais, estatuto da juventude e tantos outros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta tarde de quarta-feira pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, venho a esta tribuna, ainda na tarde de hoje, para tornar público, ou mais público, um fato que tem sido curiosidade de muitas pessoas, especialmente as preocupadas com as questões políticas partidárias etc., no nosso estado, para informar que ainda no final da semana passada fomos notificados, pela direção estadual do PDT, que no próximo sábado, dia 28, pela manhã, a referida direção irá se reunir para avaliar o relatório da comissão de ética que foi criada no ano passado e que realizou o trabalho nos primeiros meses deste ano, ou a partir do mês de abril deste ano, para avaliar a conduta deste deputado e que concluiu pela expulsão deste parlamentar do PDT.

Então, nós que avaliamos que talvez, deputado Padre Pedro Baldissera, eles esperassem passar o dia 5 de outubro para depois tomar alguma definição, fomos informados de que haverá a reunião, pelo menos, no próximo sábado, para debater esse assunto. E depois do que escreveram e do que se disse a respeito desse assunto, fica mais ou menos evidente uma tendência de qual será a decisão do PDT, ou da direção estadual do partido, até porque já estão desde o ano passado, inclusive através dos meios de comunicação, convidando-me a sair do partido.

Nessa conjuntura quero aproveitar para ler, nesta tribuna, um artigo do ex-deputado federal por dois mandatos, Vivaldo Barbosa, inclusive foi o líder da bancada do PDT na Assembleia Nacional Constituinte como deputado constituinte, foi também secretário de Justiça do governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Mesmo que ele tenha as posições diferentes das nossas, como já expressei aqui, temos outros entendimentos que não o

trabalhismo clássico que era defendido por João Goulart e Leonel Brizola.

Embora compreendamos a importância desse fenômeno, movimento e espectro da organização político-partidária, ideológica, programática, da sociedade brasileira, das figuras como Leonel Brizola, temos posições de que é preciso uma concepção da classe trabalhadora que aponte numa outra direção, na organização da classe trabalhadora, para apontar pela construção de uma nova sociedade.

(Passa a ler.)

"Adeus, PDT!

Vivaldo Barbosa

O PDT é dirigido pela dupla Lupi e Manoel Dias, que, com a morte de Brizola, colocaram o livro de atas debaixo do braço e montaram uma estrutura de domínio do partido com a permissividade dada às direções partidárias pela legislação. Tem o assentimento das bancadas na Câmara e no Senado, pois distribuem o mando nos estados com os deputados e senadores.

Em troca do apoio ao governo federal, nas votações na Câmara e no Senado e no tempo de televisão nas campanhas eleitorais, a dupla recebeu o ministério do Trabalho, que é ocupado ora por um, ora por outro. Nos estados e nas prefeituras, independentemente da coloração política do governador ou do prefeito, reproduzem a mesma aliança: o PDT e o ministro indicam os secretários do Trabalho.

As verbas saem do ministério, vão para as secretarias administradas por secretários indicados por eles e são direcionadas para ONGs ocupadas por gente a eles ligadas, que recebem e repartem as verbas. O mesmo grupo de deputados, secretários, seus assessores, os dirigentes amigos das ONGs, ocupam o Diretório Nacional do PDT, fonte originária de todo esse esquema de poder para aproveitamento de verbas públicas. Dos mais de trezentos integrantes que compõem o Diretório Nacional, entre 10 e 20% são militantes trabalhistas e nacionalistas autênticos e originais.

Além do esquema das verbas do ministério do Trabalho, há o Fundo Partidário que deveria financiar atividades político-partidárias, hoje de valores elevados, a despertar a mesma cobiça. Mas o PDT não tem vida orgânica, é administrado por meio de comissões provisórias nos estados, que por sua vez as repetem nos municípios. Não promove estudos, nem debates, nada público. Ainda há a cessão de legenda e tempo de televisão nas eleições, outro espaço de negociação.

O PDT é um ambiente de procura de vantagens, não mais participa das lutas do povo brasileiro, está muito distante de ser um partido trabalhista e nacionalista como caminho brasileiro para o socialismo, como era o desejo e a esperança de Brizola.

Nós, de longa data de militância partidária, fundadores do partido, alguns, outros que foram colaboradores de muito tempo e muito perto de Brizola, organizamos o Movimento de Resistência Leonel Brizola para lutar pela volta do partido às suas origens e não permitir que fosse desviado de seus trilhos. Temos lutado durante os últimos anos, feito reuniões, manifestações, contatos com bancadas e outras instâncias, lançamos diversos documentos, até realizamos convenções nas ruas. Fomos à Justiça, mas nada adiantou. O PDT não tem mais jeito. Não nos resta mais esperança de ver o partido voltar ao seu leito histórico de honradez e princípios. Permaneceremos fiéis às lições de Brizola.

É com lágrimas de sangue e com dor de carne exposta que saio do PDT e tiro uma camisa que é como se retirasse a própria pele.

O artigo é de Vivaldo Barbosa, que foi deputado federal, líder do PDT e secretário de Justiça do governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro". [sic]

Este artigo mostra o sentimento de lideranças históricas importantes do PDT e indica, exatamente, a origem do problema que, como já disse aqui há alguns dias, é o fisiologismo doentio pelo qual o partido tem caminhado nos últimos anos de forma cada vez mais acentuada e

menos vinculada a qualquer perspectiva programática.

O abandono do programa estatutário do art. 1º do Estatuto do PDT é a coisa mais evidente a se analisar, de acordo com as alianças eleitorais que o PDT tem feito no estado de Santa Catarina e pelo Brasil afora.

Sendo assim, por não termos conseguido ser fiéis aos infiéis, infiéis à linha programática do próprio partido deles, infiéis aos ensinamentos e às lições, tantas delas historicamente importantes para a sociedade brasileira, e lições e figuras como Leonel Brizola, essas condições colocam a necessidade de essa direção atual do PDT pedir a nossa desfiliação ou agora, e vão decidir no próximo sábado, provavelmente, se forem coerentes com a incoerência dos últimos anos, decidir pela expulsão.

E se é assim, deputado Padre Pedro Baldissera, temos orgulho de ter sido expulsos do partido justamente por não ter abandonado as bandeiras históricas, a luta ao lado e junto com a classe trabalhadora catarinense e brasileira, por não termos cedido a nenhuma forma de fisiologismo e de busca de vantagem pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.